

### XXXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXII RAE

#### 1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
01/09/2025	14:36	17:22	Sala 309 (auditório I e II) anexo II

#### 2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura do Resumo da ATA da RAE anterior
03	Metas Nacionais
04	Semana de Sentenças e Baixas Processuais
05	Indicadores Justiça em Números
06	Propostas de Inclusão de Projetos Estratégicos – Comitê do ePROC
07	Propostas de Inclusão de Projetos Estratégicos – CAPG
08	Propostas de Inclusão de Projetos Estratégicos – Corregedoria Geral da Justiça da Bahia
09	Encerramento de Projeto Estratégico – Corregedoria Geral da Justiça da Bahia
10	Encerramento de Projeto Estratégico – SEGESP
11	Resumo Portfólio de Projetos Estratégicos
12	Confirmação Calendário 2025
13	Encerramento

#### 3. Participantes

##### Comitê de Governança

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	Desa. Cynthia Maria Pina Resende	Presidência	
02	Des. João Bosco de Oliveira Seixas	1ª Vice-Presidência <b>Representado</b>	
03	Des. José Alfredo Cerqueira da Silva	2ª Vice-Presidência	
04	Des. Roberto Maynard Frank	Corregedoria Geral da Justiça <b>Representado</b>	
05	Desa. Pilar Célia Tobio de Claro	Corregedoria das Comarcas do Interior	
06	Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior	Universidade Corporativa	Ausência justificada
07	Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud	Coordenação dos Juizados Especiais	
08	Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar	Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição – CAPG	
09	Juiz de Direito Gustavo Teles Veras Nunes	Assessoria Especial da Presidência I	
10	Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho	Assessoria Especial da Presidência II	
11	Juiz de Direito Sadraque Oliveira Rios Tognin	Juiz Assessor da Presidência – Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	Ausência justificada
12	Viviane da Anunciação Souza Oliveira	Secretaria Geral da Presidência	

### XXXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXII RAE

13	Larissa Torquato de Oliveira Souza	Secretaria de Planejamento e Orçamento	
14	Fernanda Pinto Dantas Braga	Secretaria de Administração	
15	Ricardo Neri Franco	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
16	Luís Alberto Teixeira Melo	Secretaria de Gestão de Pessoas	
17	Dilcema Araújo Almeida	Secretaria Judiciária	
18	Maria Paula Dias Carvalho Blumetti Brito	Chefia de Gabinete da Presidência	
19	Karina Correia Martinez	Controladoria do Judiciário	

#### Convidados

20	Desa. Marielza Brandão Franco	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Soluções de Conflito	
21	Thais Fonseca Felippi Pimentel	Diretoria de Primeiro Grau	
22	Des. Paulo César Bamdeira de Melo Jorge	Comitê do eProc	
23	Mônica Elizabeth Vieira Martins Garrido	Consultoria Jurídica	
24	Juiz de Direito Rodrigo Souza Britto	Juiz Auxiliar da Presidência para Assuntos de Tecnologia e Informação	

#### 4. Abertura

A Presidente do TJBA cumprimentou a todos os presentes e declarou aberta a XXXII Reunião de Análise da Estratégia.

#### 5. Leitura da ATA da RAE anterior

A Juíza Assessora da Presidência, Dra. Rita de Cássia Ramos de Carvalho, realizou a leitura do resumo da XXXI Reunião de Análise da Estratégia.

#### 6. Metas Nacionais

A Secretária de Planejamento e Orçamento, Larissa Torquato, apresentou os resultados das Metas Nacionais atualizados até 30/06/2025. Ressaltou que, para a pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade, são considerados os números apurados até 31/07/2025, contudo, o Tribunal tem até dezembro para cumprir as Metas Nacionais.

Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025. O TJBA, historicamente cumpre essa Meta e está com o percentual de cumprimento de 101,4%.

## XXXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXII RAE

---

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau; 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

A Secretária destacou o desafio da Meta 2, especialmente quanto ao cumprimento da exigência de julgar 100% dos processos de conhecimento pendentes há 15 anos (2010) ou mais. Nesse contexto, foi apresentado o quantitativo de 32.515 processos nessa situação, o que representa uma redução de 27% em relação a março. Ela lembrou que, na 2ª Reunião Preparatória para o Encontro Nacional, foi apresentada a proposta de reduzir o percentual para 75%, sob a justificativa de que a meta, no formato atual, é inviável de ser cumprida pela Justiça Estadual. Na sequência, foram apresentadas as 10 unidades com maior volume processual referente à Meta 2. Larissa Torquato salientou que houve alterações no ranking e uma redução no número de processos, o que demonstra que as ações adotadas vêm surtindo efeito. Contudo, chamou a atenção para algumas comarcas que passaram a figurar entre as 10 com maior volume em razão da inércia na baixa desses processos, reforçando que o estímulo precisa ser constante para que se obtenham melhores resultados. Outro ponto abordado foi o caso da 1ª Vara Cível de Catu, que conseguiu dar baixa em 770 processos em apenas três meses. A Secretária sugeriu que fossem compartilhadas as boas práticas adotadas pela comarca, de modo a possibilitar sua replicação. Isabella Burke, servidora da Corregedoria das Comarcas do Interior, explicou que foi desenvolvido, em parceria entre a Corregedoria das Comarcas do Interior e o Núcleo de Ciência de Dados do Tribunal, um sistema voltado ao saneamento dos processos mais antigos.

Sobre a Meta 3 - Aumentar o Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação. A secretária afirmou que no Painel Metas CNJ de junho o Tribunal está com 86,25% de meta cumprida.

Sobre a Meta 4 – Identificar e julgar até 31/12/2025, 65% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão e 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021 – a Secretária de Planejamento e Orçamento mostrou o cumprimento de 123,98% das ações de improbidade, e destacou para a Meta 4 específica: “Identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.”o percentual de 97,11% de cumprimento no 2º grau e 46,38% no 1º grau. Larissa Torquato ressaltou que em outubro ocorrerá a II Semana de Sentenças e Baixas e pediu que atentassem para esses processos por conta do novo entendimento do STF quanto à contagem do prazo da prescrição intercorrente. O número de processos pendentes total de Meta 4 é 3.594. Larissa Torquato apresentou as 10 comarcas com maior volume processual nesse assunto e afirmou que entre março e agosto não houve tanta movimentação nesse ranking.

Sobre a Meta 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2024. Cláusula de barreira: 56%. A secretária apresentou que em 2024 a taxa de congestionamento

### XXXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXII RAE

líquida estava em 61,76%, logo a meta para esse ano seria 61,26%, no momento o Tribunal está com 62,78%, isso significa que ainda não foi cumprida. A Secretária de Planejamento e Orçamento ressaltou que para reduzir essa taxa tem que haver o julgamento e a baixa, não basta somente dar andamento ao processo.

Quanto aos processos referentes à Meta 6 - Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024 – a Secretária apresentou os resultados até o momento: 56,49% no juizado especial, 132,87% no 2º grau e 25,09% no 1º grau, a meta no Painel de Metas CNJ em junho está em 30,05% de cumprimento, Larissa Torquato afirmou que a expectativa é que com a instalação de varas especializadas esses números melhorem.

A Meta 7 – Identificar e julgar até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024 – a Secretária apresentou que a meta foi atingida e salientou a baixa aderência dessa meta para a Justiça Estadual por conta do pouco volume processual da matéria, pois comumente processos envolvendo quilombolas e indígenas geralmente estão relacionados com desapropriação de terra, matéria de competência da Justiça Federal.

Sobre a Meta 8, que pede para identificar e julgar, até 31/12/2025, 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023 e 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2023, a Secretária Larissa Torquato enfatizou que de março para junho o Tribunal avançou nos percentuais, no momento o tribunal está com 80,19%, ou seja, a meta ainda não foi cumprida, e para a meta específica de feminicídio o Tribunal está com 67,87%. Apresentou a tabela com as 10 comarcas com maior volume processual e destacou o trabalho expressivo no saneamento desses processos, pois houve um grande avanço de março para agosto.

Para a Meta 10, que versa sobre a identificação e julgamento, até 31/12/2025, no 1º grau, de 90% e no 2º grau, de 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias, Larissa Torquato observou que o 2º grau apresenta um percentual de atendimento de 2024 para 2025 semelhante, já no 1º grau há uma queda no atendimento entre os anos. Apresentou a tabela com as 10 comarcas com maior volume processual da matéria e ressaltou que varas de jurisdição plena comumente são prejudicadas pois julgam diversas matérias. A Secretária chamou a atenção para a 1ª Vara de Infância e Juventude de Salvador que conseguiu uma redução expressiva dos casos pendentes e que valeria a pena o compartilhamento das boas práticas adotadas. Alexsandro Silva Santos, Diretor de Planejamento Estratégico, explanou que muitos processos estavam sendo classificados de forma equivocada, e por isso em muitas comarcas houve uma redução expressiva de pendências.

## XXXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXII RAE

### 7. Semana de Sentenças e Baixas Processuais

A Secretária de Planejamento e Orçamento, Larissa Torquato, apresentou uma série histórica das 1<sup>as</sup> Semanas de Sentenças e Baixas Processuais (SSBs), realizadas entre 2018 e 2025, comparando o quantitativo de sentenças proferidas, as baixas processuais e o total de atos praticados nessas semanas. Ela explicou que decidiu realizar esse comparativo porque, em 2018, foi informado que o Tribunal possuía um elevado número de processos pendentes de arquivamento e que seria necessário paralisar o Judiciário para solucioná-los. Diante desse cenário, o projeto se estendeu por sete anos, o que levou Larissa a avaliar se ainda faria sentido promover as SSBs, já que sua execução exige a paralisação das atividades do Judiciário. Larissa também ressaltou que a 2<sup>a</sup> Semana representa a melhor oportunidade para melhorar os indicadores voltados ao Prêmio CNJ de Qualidade.

### 8. Indicadores Justiça em Números

Larissa Torquato passou a palavra ao Diretor de Planejamento Estratégico, Alessandro Santos, para falar sobre os indicadores do Justiça em Números. Alessandro mostrou as projeções para o final do ano de 2025 para cada índice.

A projeção de número de casos novos a cada ano estava em torno de 10%, 12%, e para o ano de 2025 o acréscimo é de aproximadamente 3%, Alessandro colocou como um fato positivo.

Os processos baixados apresentaram uma regressão de 10% até julho de 2025, e a projeção indica um declínio de 8% em dezembro de 2025, em comparação com o ano de 2024.

Os processos pendentes apresentam tendência de redução, impulsionada, entre outros fatores, pela desaceleração no ingresso de novos casos. A previsão é que, até o final de 2025, seja alcançada a marca histórica de regressão de 18% no acervo processual. Alessandro ressaltou que esse momento de baixa processual é uma oportunidade estratégica para intensificar a redução desses números e destacou, nesse contexto, a importância da Semana de Sentenças e Baixas Processuais.

A produtividade dos magistrados tem uma projeção de redução de 4% no índice.

A projeção do Índice de Atendimento à Demanda é de decréscimo de 123% para 115%, em consequência da desaceleração dos casos novos, apesar de isso ser bom para outros indicadores.

A estimativa para a Taxa de Congestionamento é de redução de 4,2 pontos percentuais, passando de 60,2 para 56%, em julho de 2025 o Tribunal está com 71%.

O tempo médio do Pendente Líquido na fase de Conhecimento é de 1256 dias, conforme o Painel Estatístico do CNJ em 30/06/2025. Para que tenhamos a pontuação mínima do Prêmio CNJ de Qualidade é necessário reduzir esse tempo

## XXXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXII RAE

para 900 dias, ou seja 10 pontos. Alexsandro alerta que o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia é muito antigo e com um grande volume processual, o que prejudica os indicadores e o foco é julgar e baixar os mais antigos para que haja uma melhora. O gráfico apresenta tempo médio de 1556 dias para o 1º grau, 235 dias para o Juizado Especial, 252 dias para o 2º grau e 137 dias para a Turma Recursal.

O Diretor de Planejamento Estratégico apresentou 6 comarcas que apresentaram números alarmantes de tempo médio do pendente líquido de conhecimento. Ele ressaltou que esse número elevado pode ser devido a processos muito antigos e não necessariamente por uma grande quantidade de novos processos surgindo. Em seguida, ele mostrou uma comparação entre varas de mesma matéria processual e quantidade similares de processos que apresentam uma diferença expressiva em seu tempo médio.

O tempo médio do pendente líquido dos processos de feminicídio apresentou um aumento significativo entre março e junho de 2025, passando de 1.042 para 1.135 dias no 1º grau. Para atingir a pontuação mínima no Prêmio CNJ de Qualidade, o limite seria de 600 dias. Alexsandro ressaltou que não basta apenas o julgamento da matéria: é necessário também efetivar a baixa dos processos. Ele acrescentou, ainda, que a remessa ao 2º grau também é considerada como baixa.

A Secretária de Planejamento e Orçamento, Larissa Torquato, destacou que, apesar dos esforços para reduzir o tempo médio, o arquivamento de processos com longa tramitação impacta diretamente esse indicador. Ela explicou que, ao mesmo tempo em que contribui para o cumprimento da Meta 2, também eleva a média de dias registrados, o que pode parecer contraditório. Segundo Larissa, trata-se de diferentes perspectivas adotadas pelo CNJ em relação ao Judiciário, exigindo um período de transição para que, a médio e longo prazo, os resultados sejam positivos. Ela ressaltou ainda que muitas pessoas aguardam há anos por uma resposta judicial, motivo pelo qual é essencial priorizar os processos mais antigos, mesmo que isso ocasione impacto negativo em outros indicadores.

A Presidente, Des. Cynthia Maria Pina Resende, levantou uma dúvida em relação aos indicadores: considerando a redução no número de processos pendentes, ela supôs que haveria um aumento na produtividade dos magistrados, o que não se confirmou. A Secretária Larissa esclareceu que a regressão dos processos pendentes decorre também da atividade cartorária de arquivamento, e não apenas do trânsito em julgado. Por esse motivo, os dois indicadores não apresentam, necessariamente, uma relação direta entre si. O Diretor Alexsandro apresentou outro ponto: o número de casos está diminuindo, e esse dado compõe o denominador da equação. Assim, se o ingresso de novos processos reduz, enquanto o quadro de magistrados permanece o mesmo, a produtividade tende a cair, e, ressaltou também que esses dados são apenas projeções e tem como ainda tomar medidas para que se melhore os números.

### 9. Propostas de Inclusão de Projetos Estratégicos – Comitê do eProc

**Nome do Projeto:** Eproc

Proposta apresentada pelo patrocinador Des. Paulo César Bandeira de Melo Jorge.

### XXXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXII RAE

**Objetivo:** Implantar, até dezembro de 2030, o sistema de processo judicial eletrônico (eProc) no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e promover a capacitação dos usuários internos.

**Indicador na Situação Atual:** Satisfação do usuário, baseada em pesquisa sobre a experiência dos usuários com o sistema Pje e eProc; Tempo de indisponibilidade do sistema, definido a partir das estatísticas de indisponibilidade dos sistemas.

Foram apresentados os **benefícios** esperados, o **processo totalmente eletrônico, colaboração plena, foco no usuário e simplicidade e flexibilidade**.

**\*Deliberação CGOV: O comitê de Governança aprovou a inclusão do projeto no portfólio estratégico.**

#### 10. Proposta de Inclusão de Projeto Estratégico – Corregedoria Geral da Justiça

**Nome do Projeto:** Sou Cidadão

Proposta apresentada pela representante da Corregedoria Geral da Justiça, Dra. Júnia Araújo Ribeiro Dias.

**Objetivo:** Específico: Regularizar a documentação civil básica e tipagem sanguínea de crianças e adolescentes em acolhimento e medidas socioeducativas. Mensurável: Atingir 100% de regularização dos casos identificados até março de 2026. Atingível: Com apoio institucional, parcerias formais e processos digitalizados. Relevante: Garante direitos fundamentais e cidadania plena. Temporal: Prazo final até março de 2026.

**Indicador na Situação Atual:** Número de crianças/adolescentes sem documentação regularizada no início; Quantidade de documentos emitidos durante e ao final do projeto; Tempo médio de emissão dos documentos; Grau de acesso aos serviços básicos após a regularização documental.

Foram apresentados os **benefícios** esperados, a **inclusão social e acesso facilitado aos serviços públicos essenciais, cumprimento das obrigações constitucionais e legais (ECA, Constituição, Convenção dos Direitos da Criança), fortalecimento da atuação do Judiciário na promoção dos direitos da infância e juventude**.

**\*Deliberação CGOV: O comitê de Governança aprovou a inclusão do projeto no portfólio estratégico.**

#### 11. Proposta de Inclusão de Projeto Estratégico – CAPG

**Nome do Projeto:** Justiça em Rede

Proposta apresentada pela Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar

**Objetivo:** Reduzir em 50% as pendências identificadas no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) até 19 de dezembro de 2025.

**Indicador na Situação Atual:** O saneamento das pendências do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) é uma necessidade urgente para garantir a efetividade da atuação judicial na área da infância e juventude; Atualmente,

## XXXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXII RAE

inconsistências e atrasos nos registros comprometem a adequada proteção de crianças e adolescentes, além de impactar negativamente os indicadores de desempenho institucional.

Foram apresentados os **benefícios** esperados, a **celeridade processual na Infância e Juventude, cadastro atualizado no SNA, redução expressiva de alertas pendentes, maior efetividade na proteção de crianças e adolescentes e pontuação qualificada no prêmio CNJ de Qualidade.**

**\*Deliberação CGOV: O comitê de Governança aprovou a inclusão do projeto no portfólio estratégico.**

### 12. Encerramento de Projeto Estratégico – Laços Legais

A Dra. Júnia Araújo Ribeiro Dias apresentou os seguintes itens do projeto:

**Duração do projeto:** de 03.05.2024 a 04.08.2025

**Patrocinador:** Des. Roberto Maynard Frank

**Demandante:** Dra. Júnia Araújo Ribeiro Dias

**Gerente de Projeto:** Marielle Souza Ferreira

**Objetivo:** O presente projeto tem como objetivo promover modificações estruturais e qualitativas no setor de atendimento dos Cartórios Integrados de Família e Sucessões da Comarca de Salvador a fim de tornar a prestação do serviço de atendimento mais acolhedor, humanizado e eficiente.

**Principal Produto:** Reestruturação do setor de atendimento dos Cartórios Integrados de Família e Sucessões de Salvador com organização racional do espaço físico, além da contratação de equipe multidisciplinar composta por estagiárias de pós-graduação em Psicologia e Serviço Social. Espaço reformado com ambientes funcionais, como brinquedoteca e sala de atendimento especializado, proporcionando um atendimento mais eficiente, acolhedor, acessível e humanizado para todos os usuários.

**Resultados Alcançados:** Redução do tempo médio de atendimento ao público; Atendimento mais eficaz, padronizado e sensível às demandas das partes; Reestruturação do espaço físico, tornando-o mais acessível, arejado e acolhedor, com a inclusão de brinquedoteca nas Varas de Família; Presença de equipe técnica qualificada nas áreas de Psicologia e Serviço Social, promovendo acolhimento humanizado; Melhoria nas condições de trabalho, com ambientes mais organizados e confortáveis; Acolhimento mais adequado às pessoas em situação de vulnerabilidade; Estabelecimento de um ambiente institucional propício à continuidade e ao aperfeiçoamento do projeto, com foco em avaliação periódica e melhorias contínuas.

### 13. Encerramento de Projeto Estratégico – Sem dias

A Dra. Júnia Araújo Ribeiro Dias apresentou os seguintes itens do projeto:

**Duração do projeto:** de 22.04.2024 a 09.07.2025

**Patrocinador:** Des. Roberto Maynard Frank

**Demandante:** Dra. Júnia Araújo Ribeiro Dias

**Gerente de Projeto:** Marielle Souza Ferreira

### XXXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXII RAE

**Objetivo:** Reduzir o acervo de processos paralisados há mais de 100 dias nas Secretarias selecionadas, até dezembro de 2025.

**Principal Produto:** Redução de 39.688 do acervo de processos paralisados há mais de 100 dias nas 11 unidades objeto do projeto.

**Resultados Alcançados:**

ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DE 22/04/2024 ATÉ 19/12/2024

CARTÓRIOS			
UNIDADE	INÍCIO	PERÍODO	REDUÇÃO
2º Cartório Integrado Cível de Salvador	21.856	08 MESES	21.856
1º Cartório Integrado Cível de Salvador	7.645	44 DIAS	7.644
4º Cartório Integrado de Rel de Consumo de Salvador	1.479	38 DIAS	1.471
5º Cartório Integrado de Rel de Consumo de Salvador	444	58 DIAS	444

ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DE 03/02/2025 ATÉ 21/05/2025

CARTÓRIOS			
UNIDADE	INÍCIO	PERÍODO	REDUÇÃO
1ª Vara Cível de Serrinha	1.562	40 DIAS	1.167
2ª Vara Cível de Alagoinhas	924	24 DIAS	763
1ª Vara Cível de Simões Filho	2.699	30 DIAS	2.142
2ª Vara Cível de Lauro de Freitas	1.523	10 DIAS	1.305
2ª Vara Cível de Senhor do Bonfim	1.311	09 DIAS	1.081
1ª Vara Cível de Irecê	1.300	10 DIAS	1.202
1ª Vara Cível de Teixeira de Freitas	825	09 DIAS	613
<b>TOTAL</b>	<b>REDUÇÃO DE 39.688 PROCESSOS</b>		

#### 14. Encerramento de Projeto Estratégico – + Saúde

Marcos Laje apresentou os seguintes itens do projeto:

**Duração do projeto:** de 12/03/2024 a 01/04/2025

**Patrocinador:** Viviane da Anunciação Souza e Luís Alberto Teixeira Melo

**Demandante:** Rogério Tourinho

**Gerente de Projeto:** Patrícia Gordilho

**Objetivo:** Desenvolver e ofertar Programa de Atenção Integral à Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida no Trabalho do Poder Judiciário da Bahia, tendo como público-alvo magistrados, servidores, estagiários e colaboradores terceirizados contemplando os seguintes eixos: Físico (saúde e bem-estar físico); Emocional (saúde mental e bem-estar psicológico); Social (ambiente de trabalho saudável) e Intelectual (desenvolvimento), até maio de 2025.

### XXXII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXXII RAE

**Principal Produto:** Programa de Atenção Integral à Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida no Trabalho do Poder Judiciário da Bahia.

**Resultados Alcançados:** Ampliação de alcance: 66635 acessos à página +Saúde, 2520 visualizações no Youtube e Spotify, 103 produções (Vídeos, Áudios e Podcasts), 1034 autoagendamentos de nutrição e psicologia; Rota da Saúde / Vacinação: 1394 vacinas aplicadas, 840 atendimentos, 8 fóruns atendidos, 6 comarcas alcançadas; Corrida da Justiça: 500 participantes e 2 toneladas de alimentos arrecadados; Servidor por 1 dia: 5 eventos e 109 crianças participantes; Incentivo ao Voluntariado: mais de 3 toneladas de alimentos, 596 litros de água, 375 itens de higiene pessoal e 161 caixas de roupas; Ampliação dos Serviços de Saúde: Novo posto médico no Fórum do Imbuí; Nova Coordenação de Saúde Ocupacional; Criação de Painel de Controle.

#### 15. Resumo Portfólio de Projetos Estratégicos

Larissa Torquato deu continuidade à apresentação do portfólio de projetos estratégicos, ressaltando que, embora haja acompanhamento da execução, não se observa o mesmo nível de monitoramento quanto aos resultados esperados. Na sequência, informou que existem 18 projetos estratégicos em andamento: 10 relacionados à atividade-meio do Tribunal e 8 às atividades finalísticas. Demonstrou preocupação com esse cenário e sugeriu que os projetos sejam mais direcionados à atividade-fim, de modo a gerar melhorias nos números e indicadores. Larissa destacou ainda que, dos 18 projetos, 16 encontram-se em andamento estável, enquanto 2 demandam maior atenção.

A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, destacou que considera os projetos voltados às atividades administrativas tão importantes quanto aqueles direcionados à atividade-fim. Em sua fala, mencionou o novo sistema da Secretaria de Gestão de Pessoas, ainda não implementado, ressaltando sua relevância diante da carência de dados no Tribunal. Segundo ela, quando se necessita do histórico de um servidor ou magistrado, verifica-se grande dificuldade em obter essas informações.

#### 16. Confirmação Calendário 2025

Larissa Torquato apresentou a proposta de calendário para o ano de 2025 conforme segue:

EVENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões de Análise da Estratégia (RAE)				24					01			11
Semana de Sentenças e Baixas (SSB)						09 a 13				13 a 17		
Semanas Estaduais de Conciliação					26 a 30				15 a 19			

#### 17. Encerramento

A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, sugeriu que houvesse uma parceria entre a SEPLAN e a CAPG para identificar áreas que demandam mais atenção. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.